



Revista Eletrônica de Educação, v. 2, n. 2, nov. 2008. Artigos. ISSN 1982-7199.
Programa de Pós-Graduação em Educação

SUBJECTIVIDADE E BEM-ESTAR DAS CRIANÇAS: (IN)VISIBILIDADE E VOZ

Manuela Ferreira¹

Universidade do Porto, Portugal

Manuel Jacinto Sarmiento²

Universidade do Minho, Portugal

Resumo

A produção política e normativa sobre bem-estar social das crianças, nomeadamente a que emana da União Europeia, apoia-se, usualmente, em referenciais metodológicos que usam valores e ideias tomados aproblematicamente. Esses referenciais revertem para a pesquisa científica de suporte às políticas públicas, que assim reproduzem concepções não problematizadas sobre os termos de referência utilizados e têm consequência no aparato metodológico mobilizado. Genericamente, essas pesquisas sustentam-se em estatísticas, que aliam à sua natureza extensiva, uma muito reduzida capacidade de dar conta das diferenças e desigualdades entre crianças. Mais ainda, essas metodologias usualmente sustentam-se em procedimentos epistemológicos que perspectivam as crianças a partir de pontos de vista adultocêntricos e etnocêntricos. As questões da alteridade infantil, da diferença cultural e até, frequentemente, da desigualdade social, encontram pouca expressão na produção investigativa patente em múltiplos relatórios, nomeadamente nos originários das grandes organizações europeias e internacionais. Em simultâneo, dimensões como a acção e as culturas infantis são dificilmente apreendidas nessas investigações sobre bem-estar. A partir de uma perspectiva alternativa, procuramos neste artigo estabelecer as bases teóricas, epistemológicas e metodológicas que permitam, na análise do bem-estar infantil, cruzar os indicadores estruturais com as dimensões da subjectividade, e os factores sociais com a interpretação e acção das crianças, enquanto actores sociais concretos.

Palavras-chave: Infância; bem-estar social; políticas públicas; investigação social.

¹ Universidade do Porto, Portugal. Professora Auxiliar, Doutorada em Educação pela Universidade do Porto, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal.

² Universidade do Minho, Portugal. Professor Associado com Agregação Agregado em Sociologia da Infância e Doutorado em Estudos da Criança pela Universidade do Minho, Instituto de Estudos da Criança. Universidade do Minho, Portugal, Campus de Gualtar, Braga, Portugal.



Abstract

Subjectivity and children welfare: (in)visibility and voice

The political and normative production about children social welfare, especially the one produced in the European Union, is usually based on methodological references that use values and ideas unproblematically taken. These references are related to the scientific research that supports public policies, reproducing conceptions that are not problematized about the referential terms used, having consequences on the mobilized methodological apparatus. These studies are generally supported by statistics that adds to its extensive nature a very short capacity of dealing with differences and dissimilarities between children. Moreover, these methodologies are usually based on epistemological proceedings that analyses the children from points of view focused on adults or ethnicity. The questions about children alterity, cultural diversity and even social dissimilarity find weak expression on the investigative production in several reports, especially the ones produced in important international and European organizations. At the same time, subjects like action and childhood cultures are hardly seen in studies about welfare. From an alternative perspective, we tried to set in this article the theoretic, epistemological and methodological basis that allow, at the children welfare analyses, the crossing of structural indicators and subjectivity dimensions and also the crossing of social factors and comprehension and action of children as concrete social actors.

Key words: Childhood, social welfare, public policies, social investigation.

Introdução

A produção de um saber pericial expresso nos diversos planos – teórico, normativo, estatístico, documental – sobre o bem-estar das crianças, sustentada em critérios de conforto e desenvolvimento humano que assentam em valores e referências induzidas através de sucessivos consensos aportados pela modernidade sobre a ideia de bem-estar social, tem como consequência a definição de “norma(s)” que tende(m) a tornar-se referência(s) exclusiva(s). A sua expressão consoma-se essencialmente em dimensões respeitantes a direitos de “provisão” – de alimento, educação, habitação, saúde... – e de “protecção” – da identidade e contra toda a espécie de maus-tratos e de exploração. Daí que os indicadores existentes, produzidos por referência a categorias ou dimensões sociais de orientação normativa, rasurem a subjectividade dos actores sociais a que se referem e suprimam a diversidade das experiências e condições de vida. A “objectivação” das condições de existência e a supressão, no trabalho de levantamento da informação, da voz dos actores sociais exprime-se, no caso dos indicadores de bem-estar das crianças, numa perspectiva predominantemente (se não exclusivamente) adultocêntrica, normativa e descontextualizada.

O entendimento da infância como categoria geracional competente, reconhecida na sua alteridade e constituída por sujeitos

produtores de cultura – dimensão presente nos direitos participativos das crianças – permite vislumbrar uma outra perspectiva para a construção de saberes acerca do bem-estar das crianças: aquela que cruza os indicadores objectivos, estruturais e “normativos”, com a auscultação dos entendimentos das crianças acerca sobre o seu bem-estar pessoal e social. Deste ângulo, a produção de conhecimentos acerca da infância e das crianças implica uma renovação metodológica empenhada na apreensão das formas, dos processos e dos entendimentos infantis, com amplo recurso a metodologias etnográficas e participativas, e tem uma especial acuidade no conhecimento das crianças colocadas “à margem” das condições sociais do Estado de bem-estar – populações migrantes, socialmente excluídas, minorias étnicas, crianças de rua, vítimas de exploração sexual ou do trabalho, etc. – mas também daquelas crianças que, designadas como “normais”, pouco se sabe. Um olhar sobre essas “outras” crianças constitui o reconhecimento de uma “outra Europa”, mais marcada pelo conhecimento das margens e entrevista na observação “outra” que a só a voz das crianças propicia.

Neste texto procuraremos desconstruir as formas mais usuais de conhecimento sobre o bem-estar das crianças, e, depois de nos determos sobre o(s) conceito(s) de bem-estar, procuraremos fundamentar novas formas de construção de indicadores sociais genuinamente atentos às condições de vida e às subjectividades infantis.

1. A visibilização da infância na informação oficial

“The importance of ensuring suitable childcare provision as an essential step towards achieving equal opportunities in **employment between women** and men is recognised explicitly in the European Employment Strategy. The Employment Guidelines for 2003, therefore, states that: Member States should remove disincentives to female labour force participation and strive, taking into **account the demand for childcare facilities** and in line with the national patterns of **childcare provision**, to provide **childcare** by 2010 to at least 90% of children between 3 years old and the mandatory school age at least 33% of children under 3 years of age. (...) A major aim of a future **data collection on childcare** is to ensure that the **pursuit of these targets across the Union** is satisfactory monitored on a **consistent and comparable basis**. (...) Therefore, the purpose of this present project was to define a **methodology for the collection of harmonised data relating to demand and supply of childcare within the European Union**, and to compile data for the targets on childcare agreed by 2002 Barcelona European Council.” (Baigonti, Antonio, Head of Unit, in Population and social conditions, Working papers and studies, Eurostat – 2004 Edition, p. 1)

Quando nos dias de hoje se procura ter uma ideia acerca do lugar que as crianças ocupam na sociedade e averiguar as condições de bem-estar social da infância, já se sabe de antemão que existe uma série de



documentação oficial disponível em diversos suportes, contendo informações coletadas, organizadas e inscritas segundo diferentes escalas de grandeza e complexidade e reportadas a campos tão vastos como diversos, desde a demografia à violência, passando pela saúde ou educação... Exemplos disso são os acervos colectivos de informações congregados nas estatísticas que produzem construções documentais da realidade, seja à escala nacional, pelos institutos de estatística dos respectivos estados; seja em relatórios da saúde e educação ou do Desenvolvimento Humano (IDH) que, baseados nas estatísticas nacionais estão reunidos de modo a recobrirem a escala global, muitos deles produzidos no âmbito da ONU e suas organizações (UNICEF, OMS...) ou de outras instâncias internacionais; seja ainda em estudos comparativos transnacionais, por exemplo, circunscritos à escala europeia, levados a cabo pela Eurostat, como é o caso do relatório a que se reporta o excerto inicial.

Toda esta informação, que agora inclui e dá conta das crianças, ao agregar dados dispersos em conjuntos sistematizados de quadros e tabelas, tem a virtude de devolver uma descrição sintética e de rápida apreensão com implicações concretas na visibilidade social de determinadas facetas da infância contemporânea. No relatório citado, por exemplo, a necessidade de providenciar a institucionalização generalizada de cuidados às crianças dos 0-3 e dos 3-6 anos denota uma concepção cultural da infância que, continuando a enfatizar a sua vulnerabilidade inerente e estrutural definindo-a numa condição de dependência dos adultos e do mundo adulto, expressa:

- i) as incongruências da familiarização da infância³ face às transformações recentes na família e nas relações familiares, com a crescente incapacidade em conciliar as funções da vida profissional dos pais, em particular as das mães empregadas, com as da guarda e educação das crianças a tempo inteiro;
- ii) a necessidade social de deixar as crianças aos cuidados de outrem, daí resultando a institucionalização cada vez mais precoce e generalizada dos “mais novos” em instituições de guarda e cuidado e educativas.

Sem dúvida que a informação produzida – inquirida, analisada e relatada – em instituições oficiais, e por elas financiada, contribui para objectivar o reconhecimento do valor social da infância pelo Estado e tornar manifesto o seu papel no processo de emergência e legitimação de um determinado conceito de criança e de cidadania da infância, designadamente os direitos de Protecção e Provisão de condições de bem-estar, ao nível dos cuidados de saúde e educação. Reflexamente, é também inegável que a sua disponibilização pública se oferece como matéria sujeita a juízos críticos, já que permite avaliar até que ponto o cumprimento dos direitos das crianças é

³ Refere-se à ideia de que a localização ideal das crianças é na família sob a responsabilidade e o cuidado dos seus pais, encarregados de lhes dispensarem os cuidados e as condições necessárias ao seu cabal desenvolvimento bem como de enquadrarem e regularem os seus comportamentos e atitudes (Edwards, 2002: 4-5; Brannen & O'Brien, 1995)



realizado; mais do que isso, quem são afinal os grupos sociais infantis beneficiários e os que permanecem “deserdados”.

O retrato “panorâmico” da infância, reflectido e resumido na informação estatística, através de objectos e suas medidas – taxas de natalidade e mortalidade, escolaridade, saúde... – tornou-se assim uma das formas consensualmente aceites para conferir realidade e visibilidade a grandes conjuntos de crianças, constituindo-se, ao mesmo tempo, num dos modos privilegiados de descrever e informar o próprio debate no espaço político ou público. Com efeito, quando se pretende argumentar e sustentar o debate acerca da infância no espaço político, o recurso à informação estatística tem-se revelado uma autoridade particularmente eficaz, credível e indiscutível, sobretudo no que se refere à sua capacidade de gerar e gerir impressões com vista à tomada de determinadas decisões, assentes na recolha de dados com vista, por exemplo, a identificar:

i) “a abrangência e a qualidade dos serviços bem como as facilidades/acessibilidades disponibilizadas aos pais que lhes permitam conciliar a prossecução da sua vida profissional durante os anos em que as crianças necessitam de cuidados” (cf. Eurostat, 2004: 9);

ii) “a abrangência em que tais serviços são usados e, se tal não é esse o caso, quais as razões para isso” (idem).

O mesmo se passou no espaço público quando, em torno da “questão infantil”, que está na génese da designação do século XX como “o século da criança”, a rápida leitura e a difusão dos resultados formalizados estatisticamente acerca das crianças se constituíram num poderoso instrumento de formação e mobilização para a acção social de uma opinião pública (cf. Lenoir, 1995; Rollet-Echalier, 1990; Rollet e Morel, 2000; Rocha, Ferreira & Neves, 2002). Neste sentido, as estatísticas não se resumem apenas à apresentação dos resultados de uma dada pesquisa sobre a população, mas são também referências centrais para descrever situações, avaliar e denunciar o seu não cumprimento e justificar acções políticas, ou seja, são um procedimento e um instrumento com efeitos ao nível da acção social, tal como aponta o excerto inicial.

Assim sendo, fica ainda expressa a estreita ligação entre a descrição estatística e a validade do seu contributo para a gestão e definição de objectivos do Estado, ao nível político e administrativo; contributo esse que, tal como é também mencionado no excerto, agora ultrapassa fronteiras abarcando o espaço comum europeu, visando a comunhão concertada de políticas sociais comuns a atingir pelos vários estados membros. Isto significa que no contexto sócio-histórico em que se processa a construção de um espaço político comum, como é o caso da UE, o esforço de unificação das regras do direito, das normas e dos padrões que lhe assiste, implica, torna possível e requer igualmente o de um espaço comum de medida, no interior do qual, as coisas são comparáveis, porque as categorias e os procedimentos de codificação são idênticos (cf. Desrosières, 1993:17).



Ora, quando se procede à confrontação e à comparabilidade dos sistemas estatísticos dos vários Estados evidenciam-se inúmeras diferenças nos dados e indicadores apresentados, ou mesmo a sua ausência, o que dificulta a harmonização necessária a um sistema de unificação legislativa, social, fiscal, económica. Daí, a reafirmação da importância e da utilidade sociopolítica de estatísticas “consistentes e comparáveis” como instrumento indispensável à produção da unidade europeia.

Esta preocupação requer, no entanto, a nosso ver, que a mesma não seja tomada como óbvia ou inquestionável, e, muito menos, aceite acriticamente, a expensas da negligência de que o modo particular como a informação contida nas estatísticas procede à descrição e apresentação da realidade infantil não é isenta de implicações concretas conducentes à invisibilização das crianças. Atente-se, desde logo, aos efeitos sociais do uso de indicadores robustos - sexo e idade -, tornados indispensáveis nas estatísticas: a sua tradução em conjuntos mais ou menos densos de taxas e percentagens, derivada de procedimentos, instrumentos e linguagem estatísticos, define designações e codificações universalizantes, ie, procede à objectificação das crianças e da infância, reificando-as em determinados recortes de idade que, por esse facto, se convertem nos recortes tidos por naturais que balizam estádios de desenvolvimento nas suas mais diversas dimensões.

Inerente a este processo de definição social da infância, assiste-lhe um outro que, ao abstrair da imensa heterogeneidade bio-social das crianças (género, idades, etnia, classe social, contexto socio-geográfico) por via da saliência dos aspectos mais uniformes e homogéneos (físicos, psicológicos, morais, afectivos, cronológicos) que caracterizam esta fase de vida, as conceptualizou como fenómeno abstrato e unitário, como se de um conjunto social indiferenciado se tratasse – a infância –, atribuindo-lhes ainda uma identidade categorial indexada a níveis etários cada vez mais detalhados.

Falar de infância ou da criança referenciando-a à idade tornou-se assim um critério dotado de eficácia descritiva, porque capaz de introduzir distinções amplas entre gerações (adultos e crianças) ou outras mais refinadas que, designando subcategorias e diferenciando-as entre grupos de idade, se traduzem numa série de identidades colectivas ordenadas. Ao especificá-las, continuam a ser usados, como princípios classificatórios dominantes, o funcionamento e os comportamentos expressos pelo corpo físico. Com efeito, nos modos particulares como as crianças têm sido apreendidas e a infância socialmente construída na cultura ocidental, nomeadamente pelo conhecimento científico dominante filiado no paradigma métrico, médico e psicológico, constata-se a prevalência de um padrão de estabilidade fixado no seu estado bio-ontológico, aí persistindo a contração nas dimensões físicas do corpo infantil. Às suas características, interpretadas em déficit por referência ao estado adulto, e como marca distintiva e desigual, visível e objectiva, fazem-se equivaler um outro conjunto de propriedades e atributos cognitivos e sociais que corroboram a negatividade das crianças como seres biologicamente imaturos, culturalmente ignorantes, socialmente incompetentes, moralmente irresponsáveis, cognitivamente irracionais.

A elaboração da concordância entre as estruturas objectivas (o corpo da criança) e as estruturas sócio-cognitivas produzidas a seu respeito pelos saberes científicos *naturaliza as divisões socialmente construídas e o reconhecimento da sua legitimidade* (Bourdieu, 1999: 8), fundamentando assim um (re)conhecimento da criança que faz derivar a condição social de adultos e crianças da evidência biológica da sua diferença e das expectativas sociais a seu respeito. Neste sentido, uma das questões que desde logo se coloca é que, apesar da

"idade, como o sexo, serem uma das variáveis constantemente empregues no trabalho empírico em sociologia [...] e das informações acerca do sexo e idades serem recolhidas em todos os inquéritos sociais, estas variáveis não são sociologicamente definidas. Elas são geralmente vistas como determinadas extra-socialmente pela desigualdade fisiológica. Isto é: as relações de idade continuam a ser tratadas como um conjunto de grupos baseados em divisões naturais e não como reciprocamente relacionadas, opostas, socialmente definidas e constituindo categorias..." (Leonard, D., 1990:58),

que se tornam objecto de representações, de formas e usos sociais.

Assim sendo, e de regresso ao excerto inicial, não será por acaso que a análise das intenções e recomendações relativas à identificação e avaliação dos níveis dos cuidados de bem-estar das crianças, segundo indicadores preconcebidos, permite compreender que:

i) as suas variáveis constitutivas se referenciam e são apreendidas, essencialmente, ao nível das instituições sociais onde tradicionalmente se localizam e concentram as crianças: a família, por via da identificação e avaliação do nível de escolaridade dos adultos/pais e nível de acesso a bens de conforto e consumo e as instituições de guarda, cuidado e educação das crianças, compreendendo o sector privado e público, por via da recolha de informações em termos de número e tipo de instituições, número de crianças matriculadas, os períodos de tempo em que estas instituições disponibilizam os seus serviços (horas durante o dia e dias durante o ano;

ii) as informações relativas ao bem-estar das crianças decorrem da auscultação privilegiada dos adultos, vistos como os seus legítimos responsáveis e representantes;

iii) as preocupações do(s) Estado(s) em salvaguardar privilegiadamente os direitos de Protecção e Provisão para as crianças com idades abaixo da escolaridade obrigatória, mas sem nunca perder de vista a relação entre as medidas existentes ou a decidir e o acesso ao emprego dos pais das crianças,

o que deixa em aberto uma percepção do carácter familialista dessas políticas sociais⁴;

iv) a inserção dos cuidados para as crianças numa perspectiva alargada das políticas sociais que engloba valores consignados no âmbito dos direitos humanos universais – igualdade de oportunidades - e de direitos culturais e princípios éticos – inclusão social e reconhecimento e respeito pela diversidade cultural, referindo expressamente “as crianças com necessidades especiais (físicas e/ou mentais) ou pertencentes a minorias étnicas” -, o que revela uma concepção de infância aberta à pluralidade interna, mas particularmente atenta às condições de infância que são tendencialmente vistas como problema social e em que o critério etário e seus recortes são reiterados como referências objectivas.

Por conseguinte, o tipo de conhecimento produzido acerca das realidades infantis e expresso em documentos estatísticos oficiais, mesmo quando as crianças são o foco da atenção, tem em comum:

i) um ponto de partida em que a recolha dessas informações se processa de modo indirecto – informações são recolhidas junto dos adultos -, segundo um *design* metodológico assente em inquéritos quantitativos aplicados em larga escala, no âmbito nacional ou transnacional;

ii) um duplo trabalho de harmonização relativo, quer à definição e adopção de indicadores comuns, quer à adopção de procedimentos metodológicos de tratamento uniformes da informação, em que o uso de cálculos e modelos matemáticos para assegurar critérios de objectividade, rigor, fiabilidade e validação da informação, sejam passíveis de ser replicados e de fundamentar a sua generalização.

Neste sentido, os estudos relativos à avaliação dos níveis de bem-estar das crianças, à escala global, europeia ou nacional, tendem a apresentar um retrato amplo e ampliado da infância que, na sua selectividade, tornam visíveis determinadas situações bio-sociais, ao mesmo tempo que excluem e omitem outras – as descrições estatísticas, no seu esforço de generalização e totalização, constroem realidades sociais em que a omissão da complexidade, da dinâmica e da especificidade que caracteriza as inúmeras relações sociais enfrentadas e (des)envolvidas pelas crianças nos seus contextos de vida, contribuem para formular “panoramas” parcelares e incompletos, frequentemente pautados pela negatividade. Neste sentido, as estatísticas acerca da infância são comparáveis às “miragens” referidas por

⁴ Por exemplo, no referido relatório, a recolha de informações relativas ao cuidado fornecido às crianças, além dos períodos de tempo em que as instituições disponibilizam os seus serviços (horas durante o dia e dias durante o ano), incluem a sua localização relativamente aos seus utentes e o custo envolvido e, ainda, as acessibilidades disponibilizadas explicitamente para acolher crianças com necessidades especiais (físicas e/ou mentais) ou pertencentes a minorias étnicas (Eurostat, 2004:9).

McKendrick (2001: 466) a propósito dos estudos da população “as crianças estão sempre presentes, mas nunca lá estão realmente” e a negatividade de que falamos torna-se evidente, sobretudo quando muitos dos dados e análises nelas presentes, com a pretensão em fornecer explicações baseadas em relações de causalidade ou comparações, acabam por conduzir, mais implícita ou explicitamente, a modelos dicotômicos da realidade, polarizados e em oposição, porque interpretados de modo linear e simplista e/ou socialmente descontextualizados. A incomensurabilidade da diferença e da complexidade da realidade social que se escapa por entre os dados estatísticos e os procedimentos de objectivação da realidade, têm pois, bastantes vezes, como efeito, o reforço de preconceitos e estereótipos eivados de etnocentrismo e adultocentrismo porque radicados na racionalização da experiência das crianças feita pelos adultos.

A (in)visibilidade da infância e das crianças ganha então uma outra significação, já que tendo sido tacitamente entendida(s) no contexto da família ou das instituições de cuidado e educativas, é reveladora de que elas têm sido ditas pelos adultos e descritas pela sua posição e papéis na sociedade, e não conhecidas como pessoas, com e pelas suas acções e concepções. Isto significa que apesar das crianças existirem e estarem presentes, o que se tornou conhecido acerca das instituições para a infância, “a família” e a “escola”, tem sido estudado com a sua inclusão mínima, permanecendo as crianças quase invisíveis e desconhecidas. Tal como afirma Milne:

“as crianças estavam de tal modo periféricas que o mais habilitado investigador dos sistemas sociais não reparava na sua exclusão. Não há razão para crer que fosse deliberado. Parece que as pessoas que estudam outras pessoas estavam conformadas a uma longa assunção de que “as pessoas” significavam “os adultos”. (Milne, 1996:31)

Quando então se afirma que a infância tem sido pouco estudada, o que se pretende denunciar é a sua desumanização pela sua redução a números, é a sensibilidade enviesada dos adultos que aceitam o critério sexo mas têm relutância em reconhecer no critério idade que as ideias que as crianças elaboram acerca de si e do mundo possam ser diferentes das suas, como, aliás, atesta a gritante ausência e silenciamento das subjectividades infantis em estudos que, precisa e ironicamente, se referem a si. Esta ausência é tanto mais flagrante o quanto contrasta com o amplo reconhecimento oficial em valorizar as perspectivas das crianças patente na Convenção dos Direitos das Crianças das Nações Unidas (1989) que, em resultado da proclamação e reivindicação dos direitos das crianças, exige por parte dos adultos a obrigação e o compromisso de as apoiar a expressar as suas perspectivas e opiniões acerca de assuntos que lhe dizem respeito.

Necessário se torna então rever os enquadramentos epistemológicos, teóricos, metodológicos e éticos já que a revisão socio-histórica crítica do campo das ciências sociais revela que na pesquisa empírica

acerca das crianças as abordagens que as tomam como objectos, mesmo quando, muitas vezes, se lhes referem como sujeitos, a despeito das críticas a que têm sido sujeitas, continuam prevalecentes face à relativa escassez de outras abordagens que as assumem como actores sociais e como participantes (cf. Christensen & Prout, 2002); que se preocupam em captar resultados e não em compreender as dinâmicas processuais; que não prescindem do uso de variáveis descritivas como o sexo e a idade, vistas como as bastantes para definir socialmente as crianças, mas são incapazes de as perceber no âmbito de muitos outros atributos que elas apresentam e usam social e estrategicamente, demonstrando-se como pessoas activas, competentes, participativas e reflexivas.

Neste sentido, é nossa intenção contribuir para o avanço do debate e do conhecimento acerca das crianças e do seu bem-estar, colocando a ênfase sobre a necessidade de conhecê-las a partir de si próprias, ou seja, tomando em consideração as suas experiências como forma de explicitar e conhecer mais a sua subjectividade – os modos como entendem, interpretam, negociam e se sentem em relação aos mundos materiais e discursivos que tecem as suas vidas quotidianas. O reconhecimento das crianças como pessoas implica que a natureza das suas experiências de vida, a partir dos entendimentos expressos por si próprias, se torna um interesse central para a sua reconstituição antropológica sustentada, o que implica assumi-las como repórteres competentes e informantes privilegiados, a adopção de outras metodologias capazes de “entender o entendimento do outro”: metodologias etnográficas e/ou participativas (e.g. Corsaro, 1982, 1985, 1992, 1997; Alderson, 1995, 2005; Graue & Walsh, 1998; Boyden & Ennew, 1997; James & Christensen, 2000, Greene & Hogan, 2005; Danic, Delalande & Rayou, 2006). Antes, porém, importa analisar o conceito de “bem-estar” das crianças, conforme ele vem sendo socialmente construído.

2. Da definição de bem-estar da criança à construção de indicadores sociais

O conceito de bem-estar apresenta, fundamentalmente duas acepções não coincidentes, conforme elas emergem das ciências médico-psicológicas ou das ciências sociais e políticas. Na primeira acepção, “bem-estar” corresponde ao sentido de equilíbrio bio-psicológico, por satisfação das necessidades fundamentais de sobrevivência e de equilíbrio nas relações do sujeito consigo próprio e com o ambiente social e natural. Esta acepção é muito próxima do conceito de “saúde”, de acordo com as definições da Organização Mundial de Saúde. Na segunda acepção, “bem-estar” assume-se predominantemente como um indicador macro-social, de natureza económica (acesso a bens de primeira necessidade e equidade social na distribuição dos rendimentos), de saúde (condições de acesso a serviços de saúde predominantemente gratuitos) e social (acesso a bens e serviços sociais, numa perspectiva de inclusão e igualdade de oportunidades). Na primeira acepção, o conceito de bem-estar (expresso em língua inglesa como *well being*), respeita essencialmente a uma noção individual de conforto e equilíbrio pessoal e, na



segunda acepção, o conceito (expresso em língua inglesa como *welfare*) corresponde a uma noção sócio-política de inclusão social.

A profunda transformação em curso sobre as concepções de sociedade, laços sociais e inclusão tendem a considerar de um ponto de vista crítico esta noção disjunta do conceito de “bem-estar” e procuram estabelecer sínteses, capazes de dar conta, no mesmo conceito, da experiência subjectiva de conforto individual e sentimento de pertença colectiva e das condições sócio-políticas e culturais que satisfazem essas condições de equilíbrio pessoal e coesão e justiça social.

Entre as ideias que contribuem para esta visão integrada de bem-estar, queremos sublinhar os seguintes tópicos:

i) o bem-estar social não é de modo nenhum independente das condições de desenvolvimento humano, isto é, dos factores socio-políticos que, operando na estrutura social - relações de produção, relações políticas, (des)equilíbrios entre Estados e entre níveis de progresso económico, condições de exercício do poder, expressão das minorias, garantias de diversidade cultural, etc. – influenciam as condições de existência dos indivíduos e das comunidades;

ii) a natureza específica da sociedade contemporânea instabiliza as sociabilidades projectadas com base no princípio da confiança estabelecida no contrato-social moderno; estas soçobram perante a complexidade das formações sociais e do risco social (Beck, 2003), originando uma “sociedade de indivíduos” (Elias, 1991), que se caracteriza pela contínua e crescente responsabilização dos sujeitos em estabelecerem laços sociais integrativos. Este “individualismo institucionalizado” (Beck e Beck-Gernsheim, 2003). se, nos casos mais extremos, se exprime por uma responsabilização dos indivíduos, impotentes perante a lógica social que os mobiliza, pelo seu próprio processo de exclusão social e de transformação em “dejecto social” (Bauman, 2006), não deixa de colocar o desafio colectivo da conciliação do direito à construção de uma identidade pessoal distinta com o esforço colectivo de aceitação e integração justa das diferenças (Lahire).

iii) a reflexão crítica sobre o conceito de “direitos humanos” tem conduzido à necessária refracção da sua definição, conteúdo e exercício face à diversidade cultural e social – considerando, nomeadamente, a especificidade da condição pós-colonial da imensa maioria dos povos do hemisfério sul; Dela também resulta a sustentação da ampliação de “novos” direitos, inerentes as condições ambientais, de fruição cultural, de acesso à informação, de usufruto da água e de um ambiente saudável, de respeito do “património comum da humanidade”, de participação na formação da vontade colectiva, etc. (Santos, 2006).

O bem-estar necessita, nesta perspectiva, de ser considerado numa visão holística que condensa, à uma, a complexidade da realidade social contemporânea com o respeito pelas identidades individuais e que observa, em simultâneo, dimensões de direitos individuais com condições colectivas de



exercício de uma cidadania plena. Bem-estar é, assim, a condição de satisfação pessoal e inclusão plena, dos indivíduos e das comunidades sociais.

A questão do bem-estar infantil não pode deixar de ser enquadrado de acordo com esta definição. Nela estão presentes aspectos de satisfação individual que são usualmente objectivados – acesso a alimento, a água potável, a um ambiente saudável, a uma família ou a condições de acolhimento, à educação, ao lazer, à protecção contra todo o tipo de negligências ou maus-tratos, à informação e ao atendimento da sua opinião, etc. Mas o bem-estar infantil coloca também a questão da possibilidade da inserção plena na sociedade – a cidadania, não é, como sublinhamos, indiferente à noção de bem-estar. É aqui que se coloca a questão da especificidade (se não da possibilidade...) da cidadania da infância.

Dentro da tradição liberal, a cidadania é tradicionalmente classificada, a partir de T. Marshall (1967), como cidadania civil (direitos de liberdade individual, de expressão, de pensamento, de crença, de propriedade individual e de acesso à justiça), cidadania política (direito de eleger e ser eleito e de participar em organizações e partidos políticos) e cidadania social (acesso individual a bens sociais básicos). Marshall tem uma concepção evolucionista destes três tipos de cidadania, considerando, na verdade, cada um deles como uma fase sequencial que amplia e alarga o âmbito do que anteriormente estava concedido aos cidadãos. É essa sequencialidade evolucionista que tem sido objecto de maior controvérsia no debate contemporâneo (e.g. Wexler, 1990), bem como a restrição da cidadania a um âmbito meramente nacional (Beck, 2003). Por outro lado, não é claro que a sociedade tenha evoluído numa lógica de ampliação de direitos; tão pouco é certo que eles se tenham alargado indiferenciadamente a todos.

A concepção liberal de cidadania assenta no pressuposto do vínculo do indivíduo para com a comunidade (nacional), vínculo esse forjado em princípios civilizatórios comumente aceites, pressupondo da parte dele uma vontade livre, pensamento racional e sentido de solidariedade. Ora, a inexistência de consenso social acerca destes três pressupostos na infância conduz a recusar-lhe a cidadania política e, parcialmente, a cidadania civil. Na verdade, a dominação paternalista, expressa na construção de imagens sociais contemporâneas da infância normativamente orientadas, afirma precisamente as crianças como desprovidas de vontade ou racionalidade próprias e como portadores de imaturidade social.

O acesso à condição de cidadania plena impõe a compulsividade da frequência de instituições cuja proclamada missão consiste precisamente em preparar para a cidadania – a *escola*. Ao mesmo tempo que a modernidade introduziu a escola como condição de acesso à cidadania realizou um trabalho de *separação das crianças do espaço público*. As crianças são vistas como os cidadãos do futuro; no presente, encontram-se afastadas do convívio colectivo, salvo no contexto escolar, e resguardados pelas famílias da presença plena na vida em sociedade. A “privatização” da infância (Wyness et al., 2004), corresponde a um dispositivo de protecção das crianças, tanto quanto de subordinação a um regime de autoridade paternalista.



É certo que a protecção das crianças, a par dos progressos inegáveis da modernidade, tem garantido uma melhoria muito substancial, ainda que parcial, do bem-estar da maioria das crianças e são incomensuráveis os avanços verificados em indicadores como as taxas de mortalidade infantil, a libertação de formas opressivas e ignominiosas de trabalho, o usufruto da informação e da cultura escrita, e o acesso a bens de primeira necessidade (educação, saúde, habitação). Importa, no entanto, frisar bem que esses progressos não são universais, nem comuns a todas as crianças do mundo. A informação disponível permite-nos verificar que as desigualdades sociais, que se verificam à escala global, repercutem em mais crianças (e mais gravosamente) afectadas por situações de privação e pobreza nas regiões do globo, nos países e nos grupos sociais (neste caso, mesmo nos países mais desenvolvidos) com maiores carências sócio-económicas (UNICEF, 2005).

Porém, um dos preços a pagar, foi precisamente a do desinvestimento do estatuto moral das crianças (Mayall, 2002). A infância pode ser considerada como um “grupo social minoritário” (idem) precisamente por estar desapossada de condições de um vínculo social pleno com o resto da sociedade.

A redefinição da cidadania da infância é o efeito conjugado da mudança paradigmática na concepção de infância, da construção de uma concepção jurídica renovada, expressa sobretudo na Convenção dos Direitos da Criança, de 1989, e do processo societal de ampliação das formas de cidadania. A cidadania da infância, neste contexto, assume um significado que ultrapassa as concepções tradicionais, na medida em que implica o exercício de direitos nos mundos de vida (Archard, 2003).

A cidadania da infância implica o preenchimento de condições estruturais, relativas à organização do conjunto da sociedade, para o alargamento dos direitos das crianças, instituições *para* as crianças que sejam também instituições *das* crianças e a generalização de uma cultura que permita a inclusão democrática das crianças em todos os domínios da vida social e pessoal. Por outras palavras, a cidadania da infância é, antes de tudo o mais, *cidadania tout court*. Porém, a cidadania tem contextos concretos de emergência. Os sistemas de acção social concreta onde as crianças estão inseridas (creches, escolas, ateliês de tempos livres, clubes, instituições de acolhimento temporário ou permanente, etc.), regulados pelos adultos, constituem ora espaços de subordinação, ora espaços de expressão autónoma das crianças. A construção dos direitos participativos das crianças nos seus contextos de acção constitui um ponto nodal da afirmação do reconhecimento da sua competência social. Nesse sentido, *ouvir a voz das crianças* no interior das instituições não constitui apenas um princípio metodológico da acção adulta, mas uma condição política, através da qual se estabelece um diálogo intergeracional de partilha de poderes. A expressão dessa partilha necessita de encontrar fórmulas que ultrapassem os mecanismos formais de decisão, instituídos nas organizações democráticas modernas, de modo a permitir a participação das crianças adequada aos seus diferentes grupos etários. As assembleias, os inquéritos, os jogos de papéis, a recolha de opiniões por meios não verbais, pictográficos, etc., constituem dispositivos de constituição de

organizações e instituições democráticas *com* e *das* crianças. Em suma, a *cidadania organizacional* configura-se como um elemento determinante para a viabilização da participação das crianças como núcleo dos seus direitos sociais.

Finalmente, a cidadania da infância configura-se na transformação das condições sociais e culturais em que se plasmou a ideia moderna da infância. A criação de um espaço-tempo democrático para as crianças implica-se no domínio das interações sociais, atravessa o espaço estrutural doméstico e familiar e articula-se com relações intergeracionais, em todos os domínios da vida social, sustentadas no reconhecimento de uma diferença não menorizante. Nesse sentido, a cidadania enraíza-se em elementos simbólicos e representacionais, que se articulam com as atitudes e os desempenhos interactivos, fora da regulação política ou normativa. As transformações sociais aqui implicadas são homólogas das mudanças exigíveis nas relações não discriminatórias de género de etnia/raça e de opção sexual. O que se encontra em causa é uma *cidadania íntima* (Plummer, 2001), através da qual se funde a esfera pública com a privada e onde ganha raízes a possibilidade de relações humanas marcadas pela equidade nos respectivos mundo de vida.

Em síntese, o conceito de bem-estar infantil coloca-se numa perspectiva de cidadania para a infância, o que exige a consideração de indicadores capazes de dar conta de:

- i) bem-estar económico e social;
- ii) bem-estar físico e psicológico;
- iii) bem-estar íntimo (no quadro das relações familiares, entre pares e intergeracionais);
- iv) bem-estar institucional (no interior das escolas, instituições de acolhimento, ateliês de tempos livres, etc.);
- v) bem-estar nos domínios do simbólico: (usufruto de tempos livres, acesso e efeitos das programações televisivas, efeitos da indústria cultural; tolerância religiosa);
- vi) bem-estar no espaço urbano (condições de institucionalização usufruto e mobilidade no espaço urbano; equipamento e mobiliário urbano e planeamento urbanístico);
- vii) bem-estar ambiental e usufruto do espaço natural;
- viii) bem-estar político (auscultação da opinião das crianças na tomada da decisão política em áreas do seu interesse; políticas para a infância e seus efeitos).

Estes domínios, a propósito dos quais referenciamos alguns estudos, exigem metodologias adequadas, capazes de dar conta das subjectividades infantis. Ora, esses indicadores não são susceptíveis de geração imediata, fora das perspectivas epistemológicas e das orientações metodológicas que permitam atender à especificidade da infância, às subjectividades infantis e à diversidade das suas condições de existência.

3. As metodologias: da estatística às metodologias participativas

A reflexão em torno de como os actores e as acções sociais se tornam coisas e, através disso, a razão estatística ganhou reconhecimento, estatuto e autoridade social, permite articular a construção das linguagens técnicas, o seu uso no debate social e a durabilidade dos seus efeitos na produção de um consenso social, difusor das concepções de criança e dos seus mundos sociais que informam o conceito de infância.

Reciprocamente, no contexto de uma cultura científica que se pretende reflexiva, fica aberto caminho ao questionamento das traduções em que se estrutura a razão, “discutindo o indiscutível” (Desrosières, 1993), pela consideração e inclusão de outros modos de descrever a realidade social restituídos a partir da objectivação dos interesses e entendimentos dos próprios actores, ou seja, tornando-os visíveis e tomando-os em consideração na construção social de indicadores subjectivos de bem-estar das crianças.

As estatísticas – entre a ciência e o Estado

As estatísticas, expressando aquela que é uma das regras fundadoras do método sociológico inscrita na tradição Durkheimiana - “*é preciso tratar os factos sociais como coisas*” -, podem ser entendidas como formas de afirmação de uma realidade social materializada numa base documental e como processos de objectivação dessas mesmas formas em que o “essencial é o tratamento e as convenções sobre/para fazer *como se...*” (Desrosières, 1993: 8).

Enquanto afirmação documental de uma dada realidade social, a informação estatística tem uma dupla filiação que remonta à génese dos Estados e da ciência modernos (cf. Leclerc, 1979; Desrosières, 1993; Rollet-Echalier, 1990, Blöss, 1994), descrevendo, desde então, uma trajectória caracterizada por modos *sui generis* de raciocinar globalmente sobre grandes conjuntos, derivados da estreita aliança entre os modos de pensar e as técnicas materiais desenvolvidas com as artes de fazer e dizer que suscitam as maneiras de totalizar, tanto científicas como políticas (Desrosières, 1993: 396).

Isto significa, antes de mais, que as estatísticas enquanto conhecimento produzido acerca da realidade social, se integram no programa mais vasto da ciência moderna – nomotética, técnica, objectiva e universal - e das suas aspirações em fornecer bases teóricas e empíricas sólidas, capazes de se tornarem as referências em que assentam os debates e a tomada de decisões em outros espaços sociais.



Conjugando as práticas e as normas do universo da ciência com as do Estado moderno e racional, ambas votadas ao serviço do interesse geral e da eficácia, a posição original e amplo desenvolvimento que as estatísticas alcançaram deve-se i) ao reconhecimento da sua autoridade como incontestável, precisamente porque assenta na reivindicação do respeito e observância dos preceitos de objectividade e rigor que legitimam a sua vocação universalista e, portanto, do saber estatístico como saber científico; ii) ao entendimento do saber estatístico como possibilidade ordenar o caos e proporcionar sínteses da realidade social mais facilmente apreensíveis; iii) à descoberta do seu valor e utilidade social, dados os contributos efectivos que visava prestar ao nível da acção e em prol da mudança social, facilitando a tomada de decisão informada, racional e eficaz.

Neste sentido, as estatísticas são um mecanismo que permite i) a acumulação de informação tornando “oficial” e “verdadeira” uma determinada versão da realidade pelo recurso a uma linguagem técnica, impessoal e universal – a linguagem estatística -; ii) a uniformização dos métodos de inquirição, registo e tratamento da informação de modo a resumir um grande número de acontecimentos, segundo normas standartizadas; iii) a objectivação da realidade social a partir da reunião de dois universos distintos: a reflexão matemática assente nas operações estatísticas e no cálculo de probabilidades e a construção de espaços administrativos e políticos de equivalência, visando fornecer dados sólidos para apoiar a gestão do mundo social; iv) a revisitação das informações que suscitam processos de reflexividade e controlo social racional, indissociáveis da construção do Estado-Nação de base territorial (cf. Leclerc, 1979; Desrosières, 1993; Rollet-Echalier, 1990; Blöss, 1994; Rocha, Ferreira, Neves, 2002 –ou transnacional, como é o caso da UE.

Pelas possibilidades e potencialidades em lidar com as lacunas e as incerteza de um conhecimento parcial e fragmentado, transmutando a singularidade num trabalho de generalidade que se opõe à desordem e à imprevisibilidade dos actos individuais, as descrições macrossociais consubstanciadas nas estatísticas oficiais são instrumentos de objectivação extremamente poderosos que participam na construção documental da realidade e na construção de identidades colectivas. Acresce-lhes o estatuto de recurso privilegiado, útil e indispensável para a administração e gestão do Estado. Pode então dizer-se que as descrições estatísticas simbolizam uma história concreta da abstracção que se desenrola na tensão entre descrição e prescrição vs. conhecimento e explicação resultante desse esforço de harmonização entre ciência e Estado, com vista à tomada de decisões racionais e eficazes, por forma a assegurar uma vida social em nome do bem-estar. Neste sentido, as estatísticas como produto político-administrativo e os processos socio-científicos da sua produção são mutuamente interdependentes, constituindo-se como duas faces da mesma moeda.

A objectivação da infância é usualmente circunscrita às estatísticas da população. A afirmação de uma dada realidade social inscrita nas estatísticas da população produzidas pelos serviços administrativos do Estado é indissociável da sua submissão a um conjunto de processos

metodológicos inerentes a essa objectivação. As estatísticas não são uma réplica fiel da realidade, mas sim a descrição tornada possível por via da identificação, caracterização e codificação das entidades e situações singulares que possibilitam a sua afectação a classes de equivalência, ou nomenclaturas, segundo normas e categorias jurídicas, económicas, médicas... crescentemente coordenadas e compatíveis, no actual momento, à escala europeia. Por outras palavras, as estatísticas resultam de um conjunto de procedimentos metodológicos que, exigindo o tratamento da informação recolhida acerca da realidade social “*como se*” – requerem operações relativas à definição de classes de equivalência, de codificação e de medida – correspondem igualmente às etapas constitutivas dos próprios processos de objectivação relativos ao conhecimento estatístico. Neste sentido, as estatísticas podem ser vistas como instrumento administrativo do Estado e como ramo da matemática aplicada. Os modos de medir estatísticos, no rigor e fiabilidade das suas operações matemáticas, convertidos em matemática social – aplicação da teoria das probabilidades ao estudo dos fenómenos relativos ao ser humano –, ocupam então um lugar central entre os instrumentos de invenção, construção e de prova dos factos científicos, tanto nas ciências naturais como nas ciências sociais.

Com efeito, na capacidade de transmutar entidades invisíveis à priori, porque elementares, singulares, desgarradas e microscópicas – as crianças ou alguns dos seus atributos -, em conjuntos unificados dotados de consistência e estabilidade (grupos etários, por exemplo), por via do apuramento, saturação e sedimentação dos seus traços mais pregnantes, a estatística sobre população releva a “arte” de i) abstrair a multiplicidade de situações, depurando-as e reduzindo-as a um número básico de características qualificadas como atributos-tipo do objecto (usualmente o grupo ou subgrupo etário) ii) ressignificar a realidade biossocial a que se refere, segundo categorias cognitivas, concisas e robustas (por exemplo: sexo, nacionalidade, residência, rendimento económico *per capita*); iii) gerar e fornecer outras existências nominais autónomas que permitem agregar, exhibir e apreender realidades e objectos macroscópicos, mais vastos e complexos; iv) traduzir os objectos macrosociais assim construídos pelo uso matemático de “grandes números” e fazer prova do seu realismo e consistência por meio de técnicas estatísticas e modelos probabilísticos (cf. Desrosières, 1993). A existência de um objecto resulta assim de um procedimento social de registo e codificação e de um procedimento cognitivo de dar forma que faculta uma descrição resumida, apreensível e utilizável como ponto de partida para a acção.

A uniformização dos procedimentos analíticos que se define pela identificação e categorização de um conjunto de atributos comuns – biológicos, materiais, morais, sociais... – está na génese das convenções de equivalência e do trabalho de codificação estatística, implicando a construção de esquemas científicos relativos à conversão da realidade social em números susceptíveis de serem sujeitos a uma matemática, cuja análise quantitativa fornece uma medida simples e imediata, supostamente objectiva.

Por conseguinte, os símbolos e os conceitos, as leis e lógica matemáticas agem cognitivamente como uma espécie de linguagem universal



que, abstraindo da multiplicidade social, filtra, autonomiza e impessoaliza os componentes que a constituem, descontextualizando-os e designando-os através de uma nova forma de expressão que permite e assegura a metamorfose dos factos sociais em coisas – a linguagem estatística. A observação da sua estabilidade, pela manutenção e regularidade no tempo, justificando a sua inscrição na definição de objectos “sólidos”, significa que os aspectos aleatórios, dispersos e imprevisíveis que relevam dos comportamentos individuais são passíveis de ser designadas pelo recurso a um vocabulário técnico e supostamente neutro que se apoia em conceitos formalizados e formulações lógico-matemáticas capazes de as englobar numa certa medida – percentagem, taxa, média, probabilidade, dispersão, correlação, padrão. Esse é o caso da noção de *criança média*, obtida a partir da soma estatística de certos actos individuais ou pelos cálculos das médias de grupos de crianças como modo corrente de objectivar a realidade social infantil.

Acerca destes objectos, pode então dizer-se que eles são, ao mesmo tempo, reais e construídos, desde logo porque existem como entidades-outras autónomas e disponíveis ao olhar do cientista ou político e porque nos modos de trabalho científico como são captadas e seleccionadas, agrupadas e quantificadas as descrições das suas qualidades mais pertinentes, eles são feitos, desfeitos e refeitos segundo os preceitos da linguagem estatística que não só os apresenta e devolve com outras designações e configurações, como os faz circular inseridos em retóricas que visam conectar fins de conhecimento e acção. A diversidade e complexidade do real tende a escapar nas malhas das categorias objectivadas do saber estatístico.

Não obstante, as estatísticas contribuem para dar visibilidade social da infância, mesmo se objectivam e uniformizam as práticas e as condições infantis. Neste sentido, as estatísticas, entendidas enquanto objectos produzidos socialmente, quando disponibilizada a sua publicação, agem como instrumentos de síntese eficazes, considerados os modos como as informações recolhidas se transformaram em dados e são capazes de devolver um retrato amplo e rápido da realidade. Esta razão é em si suficiente para que se sustente a ideia de um reforço da presença da categoria estatística “infância”, nas suas múltiplas formulações, no trabalho dos dados. Com a consciência do que se perde na objectivação realizada. E com a evidência da necessidade da procura de dados mais finos, articulados com a complexidade e a diversidade das condições de vida das crianças e com a sua subjectividade.

Metodologias etnográficas

No ensejo de dar conta da agência das crianças como actores sociais, individual e colectivamente, naquilo que são as suas formas comuns de agir no quotidiano e a partir dos seus pontos de vista tem sido insistentemente referida a importância das metodologias etnográficas (cf. Corsaro, 1982, 1985, 1986, 1997; James, Jenks e Prout, 1998; Graue e Walsh, 1998; Christensen & Prout, 2002; Ferreira, 2003, 2004; Greene & Hogan, 2005; Danic, Delalande & Rayou, 2006).



O trabalho etnográfico focaliza as interações face-a-face das crianças quando desenvolvem ações comuns, visando aceder (compreender e interpretar) ao seu mundo conceptual, às redes de significação e às conexões de sentido partilhadas no grupo para descobrir os sentidos comuns (nos saberes, fazeres, sentires) que tornam aquelas ações inteligíveis e relevantes. As ações observadas, férteis de sentido, são consideradas como textos sociais cujos fins emotivos, cognitivos e simbólicos, apenas podem ser entendidos por referência ao seu contexto sociocultural mais alargado. A sua descrição densa (Geertz, 1973) é o cerne do trabalho de análise e apresentação dos dados e consiste no esforço para descrever, de uma maneira inteligível, os fenómenos na sua originalidade, especificidade e significação profunda (idem, 27). De acordo com os pressupostos de uma *epistemologia subjectiva* (Denzin & Lincoln, 1998: 27) da experiência humana, o trabalho etnográfico sustenta-se no postulado da interdependência do sujeito e do objecto do conhecimento das ciências sociais, por forma a poder reconstruir-se a complexidade da ação e das representações da ação social. Ao entender-se que o entendimento do outro implica considerar também o entendimento do outro sobre o investigador (Silva, 2001: 267), exprime-se uma dimensão de *etnografia reflexiva* que reclama uma particular atenção à *relação social de investigação*. Com efeito, não se anulam as relações estruturais entre adultos e crianças pelo simples facto de se reconhecer a sua existência, nem se anulam os efeitos dos obstáculos epistemológicos e das relações de poder assimétricas em presença e os modos como interferem e influenciam a construção da intersubjectividade e as interpretações do investigador (cf. Vasconcelos, 1996), por se “apregoar” antecipadamente a parcialidade da investigação. Por isso, no cerne da pesquisa com crianças contém-se a noção de *reflexividade* para compreender como adultos e crianças, adultocentrismo e processos interpretativos, se influenciam, constroem, jogam e controlam no terreno das relações e interações sociais ocorridas.

As informações acerca dos mundos sociais das crianças e dos seus sentimentos de bem-estar pessoal e social contidas nos excertos das descrições etnográficas revelam, na microscopia das suas interações, que, de modos muito variados, elas estão a explorar, negociar, confrontar, desafiar, resistir, desenvolver, procurar afirmar e manter, um determinado posicionamento social na complexa rede de relações sociais. Aí fazem intervir ora os jogos de alianças e solidariedades que alicerçam o mundo sócio-afectivo das suas amizades e amores, ora os jogos de poder, lutas, resistências e exclusões que as diferenciam e hierarquizam internamente, segundo ordens de género, etárias, de classe e estatuto que, no seu entrelaçamento, vão estruturando as suas relações como grupo social organizado.

As descrições etnográficas das ações sociais das crianças testemunham que não basta ser criança para se ser imediatamente reconhecido como tal no grupo de pares. Assim sendo, os testemunhos etnográficos chamam a atenção: i) para os sujeitos que são cada uma das crianças, valorizando as dimensões social, cognitiva e afectiva que participam na construção de ações significantes e significados partilhados colectivamente – culturas de pares – bem como na sua organização como grupo social; ii) para



os processos de socialização que ocorrem em registos múltiplos e não necessariamente convergentes, protagonizados pelas próprias crianças quando procuram gerir a heterogeneidade dos seus ofícios, papéis, identidades e posições sociais; iii) para a presença de relações estratégicas, de poder e contra-poder, como intrínsecas a toda esta rede de interdependências, e o papel que desempenham na conversão de diferenças em desigualdades sociais reconhecidas no grupo de pares como legítimas, ou em formas de resistência ou potenciação de mobilidade social.

O trabalho etnográfico permite-nos aceder, desta forma, a dimensões centrais da subjectividade e bem-estar social das crianças: a construção identitária, as interacções intra e intergeracionais, as relações de poder.

Posto isto, as experiências de aprender a ser crianças entre crianças, nem sempre visíveis ou acessíveis aos adultos, coloca-nos em mãos um problema de natureza epistemológica, teórica e metodológica. Lidar com este problema solicita o estudo das crianças a partir de si mesmas, se é que queremos descobrir o actor-criança. No quotidiano, e no contexto dos múltiplos constrangimentos/possibilidades que envolvem a relação da(s) criança(s) com os diferentes espaços-tempos das instituições, as relações verticais com os adultos e as relações de maior horizontalidade com os pares, trata-se de relevar a sua agência "escondida". Trata-se de levar a sério a voz das crianças, reconhecendo-as como seres dotados de inteligência, capazes de produzir sentido e com o direito de se apresentarem como sujeitos de conhecimento, ainda que o possam expressar diferentemente de nós, adultos; trata-se de assumir como legítimas as suas formas de comunicação e relação, mesmo que os significados que as crianças atribuem às suas experiências possam não ser aqueles que os adultos que convivem com elas lhes atribuem. Em suma, trata-se de romper com concepções que avaliam as suas acções e conhecimento como imperfeitos e em erro, considerando-as como actores superficiais (cf. Waksler, 1991; Mackay, 1991; Mayall, 1994).

Ora, esta tarefa obriga a uma recomposição do campo socio-científico que requer o exercício de indagação da teoria disponível i) pelo aprofundamento das bases empíricas que informam o conhecimento científico acerca da realidade humana e social que são as crianças, reconhecendo-as como *sujeitos com cidadania epistemológica* (Qvortrup, 1994); ii) pelo reconhecimento de que há processos sociais que só podem ser compreendidos remontando à génese e à história das relações do grupo de pares, nos contextos institucionais, na comunidade local ou sociedade mais vasta; iii) pelo recurso à multirreferencialidade teórica e metodológica, a fim de proceder a uma sócio-antropologia da criança capaz de a "retratar" como criança; iv) pelo accionamento de metodologias de pesquisa comprometidas em ultrapassar as perspectivas da pesquisa tradicional sobre as crianças, apostadas em penetrar no mundo conceptual dos sujeitos e em envolvê-los como co-participantes, construindo outros conhecimentos *com* as crianças. Mas isso implica romper com noções de poder unilaterais entre adultos e crianças, criar contextos de relação capazes de lhes permitir fazerem ouvir as suas vozes e serem



escutadas, e entrar em linha de conta com os contributos das metodologias participativas.

*Metodologias participativas*⁵

Assumir que as crianças são actores sociais plenos, competentes na formulação de interpretações sobre os seus mundos de vida e reveladores das realidades sociais onde se inserem tem também expressão na importância crescente das metodologias participativas. Estabelece-se neste caso uma dupla mutação: as crianças passam de simples objecto a sujeitos de conhecimento, instituindo-se formas colaborativas de construção do conhecimento; a produção do saber não é anterior à construção do bem-estar, mas realiza-se nos processos sociais da sua edificação.

A investigação participativa confronta-se, no entanto, com algumas dificuldades epistemológicas, decorrentes quer da alteridade da infância, quer da diversidade das suas condições de existência.

Considerar a alteridade da infância implica ter em linha de conta o conjunto de aspectos que a distinguem do Outro-adulto, o que significa o reconhecimento das culturas da infância como modo específico, geracionalmente construído, de interpretação e de representação do mundo (Corsaro, 1997). O que se recupera com as metodologias participativas é a presença da criança-parceira no trabalho interpretativo, mobilizando para tal um discurso polifónico, que resulta da voz e acção das crianças em todo o processo. Do ponto de vista do investigador social ocorre a redefinição da sua identidade epistemológica, descentrando-se do tradicional papel de gestor de todo o processo, para conceber a co-gestão do trabalho investigativo com as crianças.

As metodologias participativas, sendo interactivas e abertas, abrem-se, aos quotidianos das crianças, permitindo profundidade, riqueza e realismo na informação e análise (Chambers, 1994). De acordo com a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), todas as crianças têm assegurado o direito a receber informação e a serem ouvidas nos assuntos que lhe digam respeito e de uma forma séria. O direito contido no artigo 12 é um direito substantivo, na medida em que diz que as crianças devem ser consideradas agentes activos dos seus quotidianos. As metodologias participativas permitem ampliar esse direito ao plano da investigação.

Mesmo considerando que

“a participação não é uma campanha política que coloca as crianças em primeiro lugar, tal como propõem os teóricos da libertação, mas sim um processo de construção de uma sociedade inclusiva para os cidadãos mais novos.” (Milne, 1996: 41),

⁵ Para o desenvolvimento deste ponto, cf. Soares, Sarmento, e Tomás, (2005).



a investigação participativa com crianças tem uma dimensão irrecusavelmente política (Heron, 1996), dado que é mais um passo para a construção de um espaço de cidadania da infância.

A investigação é assim considerada como um processo de participação social, no qual é fundamental considerar um equilíbrio mutuamente possível, de autonomia, cooperação e hierarquia com e entre as pessoas, sendo a tomada de decisão partilhada entre todos os parceiros do processo de investigação. É também, um processo de investigação densamente trespassado de significados e valores, em todas as etapas do seu percurso. Os produtos da resultam do espaço intersubjectivo, para onde confluem múltiplas formas práticas, conceptuais, imaginárias e empáticas de conhecimento.

Um princípio a ter em conta na investigação participativa é que nenhum método de investigação é intrinsecamente participativo (Boyden e Ennew, 1997), sendo a natureza da investigação não uma questão de técnicas de recolha ou tratamento de informação, mas algo que se centra na orientação estratégica da pesquisa, isto é, algo que se relaciona com as concepções epistemológicas e políticas e éticas, com implicações técnicas. É de poderes – mais do que de “*modus faciendi*” – que se trata.

A investigação participativa com crianças deve muitas das suas formulações aos contributos das *Participatory Rural Appraisal* (PRA) (cf. Alderson, 1995). A filosofia de trabalho da PRA foge às características da pesquisa tradicional, profundamente influenciada pelo paradigma positivista, para privilegiar o conhecimento construído participativamente com comunidades cujos níveis de literacia, fracas competências linguísticas e de relacionamento com o poder apelavam à utilização de técnicas mais vividas, mais gráficas e mais concretas de construção do saber. A identificação do grupo social das crianças com este tipo de atributos – fraco domínio de competências de oralidade e escrita e relações profundamente assimétricas face ao poder dos adultos – recomenda a valorização das variadas formas de expressão infantil, esquecidas pela investigação tradicional. As crianças passam desta forma a ser consideradas parceiras presentes na agenda de investigação, não de uma forma manipulada ou decorativa (Hart, 1992), mas sim de uma forma genuína e efectiva.

Princípios metodológicos

A construção de percursos de investigação etnográfica e/ou participativa com crianças exige a consideração de alguns aspectos éticos e metodológicos indispensáveis. As opções metodológicas terão de estar em permanente diálogo com a diversidade das interacções que se estabelecem, à medida que a investigação se vai desenvolvendo.

A *valorização da voz e acção das crianças* é o indicador essencial, sobre o qual terá que se basear toda a investigação. O acesso aos sujeitos da investigação terá de acautelar, antes de mais, o princípio da não discriminação na inclusão das crianças. Para além do mais, a selecção dos participantes deverá decorrer também da implicação das crianças, pois, por



vezes, os critérios definidos são enviesados face às lógicas que regulam os quotidianos e as relações sociais com e entre as crianças.

O *consentimento informado* é um dos momentos mais importantes. Considera-se aqui a informação dada à criança acerca da investigação em causa e o seu consentimento para participar na mesma. Informar as crianças acerca dos objectivos e da dinâmica da investigação (se estes não foram definidos com elas) é um passo essencial, o qual deverá acautelar que tais objectivos e dinâmicas se traduzam em conhecimento válido acerca dos seus quotidianos, experiências, sentimentos e competências. Importa assumir que a sua participação é voluntária e que têm toda a liberdade para recusarem participar a qualquer momento do processo; significa, outrossim, discutir com as crianças quais as técnicas de pesquisa que consideram mais adequadas, ou aquelas com que se sentem mais confortáveis. Para Alderson (1995) o direito ao consentimento tem impacto em todos os outros direitos e a competência das crianças poderem dar o seu consentimento depende em grande parte da possibilidade que tiverem em falar e fazer-se ouvir relativamente a todo o processo.

A *consideração de estratégias e recursos metodológicos plurais e criativos*. Quer na investigação etnográfica como na investigação participativa com crianças é indispensável considerar uma multiplicidade de recursos metodológicos, que permitam tornar audíveis as vozes de todas as crianças, mesmo (ou sobretudo) aquelas cujo silenciamento forçado pela norma social é maior (nomeadamente as crianças mais pequenas, dos grupos étnicos minoritários, portadoras de deficiência, etc.). Isso depende, prioritariamente, do grau de implicação da criança nesse processo. Mas depende, igualmente, das técnicas e métodos estrategicamente accionados de modo a transformar a ocultação e o silenciamento de crianças no direito consentido à afirmação de opinião.

Os *dispositivos metodológicos* fundamentais para a recolha e construção da informação pretendida deverão ser escolhidos não aleatoriamente mas através da ponderação destes três patamares, atendendo à especificidade do que se investiga, à natureza e às questões levantadas pela investigação, ao contexto onde a mesma decorre e à diversidade que caracteriza o grupo dos sujeitos da pesquisa, expressa em termos sociais, económicos, culturais, mas também etários e de género. A partir desta ponderação, as possibilidades são imensas e decorrem essencialmente da criatividade dos implicados no *design* da investigação, sejam eles investigadores-adultos ou investigadores-crianças (Soares, 2005). Assim sendo, no caso da *entrevista*, o que distingue a sua utilização no âmbito das investigação/ões etnográfica e participativa é a possibilidade de a criança influenciar o seu formato, a sua orientação ou ainda a sua duração. As entrevistas individuais, nem sempre possíveis com crianças dos escalões etários mais baixos, são mais aconselhadas para crianças mais velhas (cf. Mauthner, 1997). Na *observação participante*, coloca-se como central a questão do sentido do que se observa. A devolução das notas de observação às crianças permitirá confrontar pontos de vista e construir um conhecimento participado. A organização de grupos de interesse e pequenos *grupos de*



discussão, ou *grupos focais* com crianças que tenham alguma afinidade ou confiança entre elas, é outra estratégia metodológica possível, desenrolando-se a discussão à volta de um número limitado de tópicos de conversa, assumindo o investigador o papel de facilitador, deixando a conversa desenrolar-se entre os sujeitos que nela participam. A utilização de *registos escritos da criança*, que poderão assumir o formato de ensaios, de diários ou ainda de observações que a criança faz relativamente ao seu quotidiano, é uma outra ferramenta metodológica, passível de utilização com crianças que dominem a expressão escrita. E ainda os *desenhos*, como elementos simbólicos, através dos quais as crianças reescrevem plasticamente o mundo. A utilização da *fotografia* e do *vídeo* é na investigação participativa uma alternativa ao registo escrito, o qual, por si só, promove a exclusão de muitas crianças como informantes e investigadoras válidas. Encarar as crianças como competentes para o manuseamento de equipamentos de registo em vídeo e em fotografia é uma atitude indispensável para lhes facultar documentar e tornar visíveis as suas representações acerca do mundo que as rodeia.

A utilização de *técnicas visuais*, individuais ou em grupo, é, muito comum na investigação participativa. A utilização da cartografia aplicada à infância, por exemplo, permite a recolha de informação acerca das representações sociais que a criança possui relativamente à sua posição na comunidade. A utilização de *técnicas dramáticas*, de *role-play* ou ainda a *observação de situações de faz-de-conta*, permitem recuperar representações que por vezes podem ficar ocultas ao olhar do investigador. Com os cuidados éticos indispensáveis, a observação de situações de faz-de-conta, bem como a realização de pequenas dramatizações à volta de um determinado tema, permite recriar as representações acerca dos mundos de vida, das ideias e dos sentimentos, retratando vivências e práticas sociais das crianças que seria impossível registar com métodos tradicionais.

Na investigação participativa, é possível ainda considerar um conjunto de materiais, que designaremos por *material de estímulo*, os quais poderão utilizar-se como elementos indutores da troca de informações, que permitem ultrapassar situações iniciais de desconforto ou falta de vontade e promover a discussão acerca de temáticas relevantes para a investigação em curso. Referimo-nos, por exemplo, à utilização de fotografias, gravuras, vídeos, narrativas, que, mediante o assunto em questão, permitam organizar contexto de construção de informação mais abertos, mais lúdicos e mais participados.

Também na *avaliação* da forma como decorreu o processo de recolha de dados deve ser considerada a voz das crianças, pois somente desta forma poderá ser feito um balanço mais objectivo das dinâmicas que o compuseram. A *devolução da informação às crianças* implica-as na revisão crítica da informação que com elas foi construída. Para isso é fundamental a consideração de estratégias alternativas ao registo escrito, quando as crianças que estão implicadas no processo não o dominem (mesmo quando o dominam, poderá ser necessário proceder a alguma adaptação do conteúdo de um relatório final de investigação para uma linguagem acessível a essas mesmas crianças).



O trabalho hermenêutico de interpretação da voz das crianças encontra com a investigação etnográfica e participativa, uma possibilidade metodológica fundamental, a qual permite ultrapassar velhas assumpções sobre a “irracionalidade da infância”, da representação da infância como categoria geracional, caracterizada por um estatuto pré-social, uma forma de pensamento “moldável” e uma presumida heteronomia, inibidora do exercício de direitos participativos próprios.

A relutância de muitos investigadores em considerar as crianças como actores sociais e como sujeitos de direitos determina algumas das dimensões associadas a este grupo social: a invisibilidade e a afonia. Ao contrário do que preconiza muita da “ciência oficial”, a existência de outras visões e outras vozes sobre o mundo não é sinónimo de desordem, superficialidade, ou caos metodológico, senão uma última e legítima expressão da própria complexidade e multidimensionalidade do que nos rodeia. Considerando que a forma como se conceptualiza a realidade social é sempre tangencial pode ser “atenuada, contudo, por esse constante acariciar do social que as metodologias qualitativas proporcionam” (Pais, 2002:36).

Conclusões

Estamos agora em condições de sistematizar as principais conclusões deste trabalho:

As definições mais correntes de bem-estar infantil sustentam-se numa das duas acepções que o conceito tem vindo a assumir: o conforto e satisfação biopsicológica da criança, considerada como indivíduo; as condições de cumprimento dos direitos sociais básicos pela infância, considerada como grupo geracional. A perspectiva em que nos colocamos é a de uma integração das dimensões individuais e sociais, do biopsicológico com o sócio-político. Nesse sentido, bem-estar infantil deve ser correlacionado com a cidadania da infância, atendendo às várias dimensões – políticas, sociais, cívicas, institucionais, simbólicas e íntimas – que este conceito comporta.

Em conjugação com uma visão predominantemente dualista do estudo do bem-estar infantil, a construção dos indicadores sociais tem-se caracterizado pela conjugação de três aspectos principais: o adultocentrismo; o domínio da “razão estatística” e a exclusão da subjectividade infantil. O adultocentrismo exprime-se numa perspectiva que tende a excluir a infância como grupo de referência na análise social, sendo frequentemente subsumida na família, nomeadamente no âmbito das estatísticas da população, e, ao mesmo tempo, em não considerar as crianças como informantes válidos sobre os seus mundos de vida. O domínio da razão estatística caracteriza-se pela objectivação e descontextualização da experiência das crianças e das suas condições de vida, através da diluição e fixação da dinâmica das experiências individuais nas categorias normativas objectivadas pelo recorte que a codificação e classificação estatísticas operam rotineiramente, e pelo estabelecimento da medida padronizada, alheia à diversidade do real e à densidade dos factos. A exclusão da subjectividade infantil é dada, desde logo, pela não auscultação das crianças (sobretudo das mais pequenas e das que se



encontram “à margem” da norma social) e pela não consideração das experiências singulares da existência como indicador social relevante na apreensão das suas perspectivas e apreciação da sua agência (McKendrick, 2001). Tudo isto resulta uma visão estática, nomotética e macro-social da construção dos indicadores sociais mais usuais sobre bem-estar infantil.

Em alternativa, defendemos que a construção dos indicadores sociais sobre bem-estar infantil deverá repousar, primordialmente: i) na consideração da condição social da infância; ii) na defesa, em simultâneo, da alteridade da infância e das suas culturas e da dignidade social da experiência de vida das crianças como actores sociais competentes; iii) em metodologias capazes de conciliar as experiências singulares com os contextos diferenciados de vida. É nesse sentido que se torna muito relevante a exigência da adopção, para fins de conhecimento sustentador da decisão política, à escala nacional e europeia, de metodologias que combinem os procedimentos estatísticos, devidamente depurados dos enviesamentos adultocêntricos, com metodologias etnográficas e participativas.

Em suma, podemos condensar as propostas que daí resultam nos seguintes pontos:

- i) Tomar em consideração, nos estudos de população, nomeadamente nos estudos extensivos e/ ou estatísticos, não apenas as famílias mas as crianças, seja como unidades de referência, seja como informantes válidos;
- ii) Assumir na concepção de bem-estar não apenas dimensões associadas a direitos de protecção (do nome, da intimidade, da integridade física, contra negligências e maus-tratos, contra a exploração sexual e laboral, etc.) e provisão (de habitação, alimentação, educação, lazer, cuidados sanitários, etc.) mas também os direitos de participação nos domínios das instituições para crianças e no espaço público (urbano e colectivo);
- iii) Considerar, na produção dos indicadores sobre bem-estar infantil, os impactos geracionais distintivos das políticas sociais;
- iv) Adoptar como conteúdos relevantes a investigar os aspectos subjectivos (sentimentos de enraizamento e de pertença; aspirações; bem estar emocional);
- v) Tomar como critério de avaliação do bem-estar, para além dos indicadores estruturais sobre condições de conforto, as dimensões interaccionais, intergeracionais (relações de poder, controlo, dominação, cooperação e partilha entre adultos e crianças) e intrageracionais (relações de inclusão ou de exclusão nos grupos de pares);
- vi) Combinar as metodologias extensivas com metodologias intensivas, de cariz etnográfico ou no âmbito das metodologias participativas, nomeadamente através de estudos de caso, *foci group*, histórias de vida, de forma a produzir uma visão globalizadora da dimensão a estudar;



vii) Assumir uma perspectiva intercultural na formulação dos indicadores, de modo a que seja possível combinar diferentes definições do mesmo referente, correspondentes à diversidade das situações a estudar, como, por exemplo: a natureza da “unidade familiar”; os tipos de redes institucionais e informais de educação/protecção; as especificidades da relação entre o público e o privado;

viii) Considerar sempre as limitações dos indicadores oficiais e atender, numa perspectiva de reflexividade metodológica que se pretende venha a permitir iluminar as margens do conhecimento produzido e enunciar o lugar das realidades ocultas sobre o bem-estar infantil (nomeadamente, mas não só, no espaço familiar e na expressão da intimidade), deste modo tornadas menos invisíveis;

ix) Recusar uma perspectiva de normatividade social – que se exprime na prescrição de um concepção exclusiva de bem-estar – e atender à diversidade das experiências, recusa esta que, sendo aplicável em todas as circunstâncias, é sobretudo fundamental na produção do conhecimento sobre e com as crianças em situação de exclusão social: crianças de rua; crianças trabalhadoras; crianças maltratadas; crianças em situação de internamento/acolhimento;

x) Atender aos aspectos éticos e políticos da construção da informação social, aceitando desde logo as crianças como interlocutores válidos na gestão dos dilemas atinentes a decisões cujo impacto é objecto de problematização;

xi) Questionar os limites das crianças como categoria social e os planos-chave de divisão em que tradicionalmente os agregados de idade se subdividem, procedendo à revisão do seu desdobramento em cohortes etárias mais flexíveis;

xii) Reflectir uma nova preocupação estatística para com as crianças alicerçada nos contributos teóricos dos estudos da infância, integrando nos indicadores que se referem às suas condições de bem estar social, as diversas definições operacionais que, até recentemente, apenas constavam das notas de rodapé das tabelas estatísticas.

A produção de indicadores sociais sobre o bem-estar infantil é muito importante para conhecer a realidade das crianças no contexto dos países, das regiões ou da Europa. Um conhecimento relevante sobre as crianças não dispensa as subjectividades infantis; ele é um conhecimento produzido *com* as crianças. Mas a voz das crianças não é apenas um recurso para a obtenção de testemunho das realidades infantis; é a condição da produção de informação relevante para o conhecimento das sociedades contemporâneas.



Referências bibliográficas

ALDERSON, Priscilla. **Listening to children: children, ethics and social research**. Essex: Barnardos, 1995.

_____. Children's Rights. A new approach to studying childhood. In H. Penn, **Understanding Early Childhood. Issues and Controversies**. Maidenhead: Open University Press, 2005.

ARCHARD, David. **Children, Rights and Childhood**. Londres: Routledge, 1993.

BAIGONTI, Antonio. **Population and social conditions, Working papers and studies**, Eurostat – 2004, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Vies Perdues. La modernité et ses exclus**. Paris: Manuels Payot, 2006.

BECK, Ulrich. **Pouvoir et Contre-pouvoir à l'Ère de la Mondialisation**. Paris: Aubier, 2003.

BECK, Ulrich & BECK-GERNSHEIM. **La Individualizacion. El individualismo institucionalizado y sus consecuencias sociales y políticas**. Barcelona: Paidós (trad. cast.), 2003.

BLÖSS, Thierry. Une jeunesse sur mesures: la politique des âges, **Cahiers Internationaux de Sociologie**, Vol. XCVII, pp.253-276, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Oeiras: Celta Ed., 1999.

BOYDEN, Jo & ENNEW, J. **Children in focus: a manual for participatory research with children**. Stockholm: Radda Barnen, 1997.

BRANNEN, Julia & O'brien, Margaret. **Children in families, policy and research**. London: Falmer Press, 1996.

CHAMBERS, R. "Foreword" in: HOLLAND, J. & BACKBURN, J. (ed.), **Whose voice? Participatory research and policy change**. London: Intermediate Technology Publications: xv, 1998.

CHRISTENSEN, Pia & PROUT, Allison. Working with etical symmetry in social research with children. In: **Childhood**, vol. 9, nº 4, 477-498, 2002.

CORSARO, William. Something old and something new, the importance of prior ethnography in the collection and analysis of audiovisual data. **Sociological Methods & Research**, vol. 11, nº 2, November, 145-166, Sage Publications, Inc., 1982.



_____. **Friendship and peer culture in the early years.** Norwood: Ablex Publishing Corporation, 1985.

_____. **The Sociology of Childhood.** Thousand Oaks: Pine Forge Press, 1997.

CORSARO, William & MILLER, Peggy (eds). **Interpretative approaches to children's socialization.** S. Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1992.

DANIC, Isabelle, DELALANDE, Julie & RAYOU, Patrick. **Enquêter auprès d'enfants et des jeunes, objets, méthodes et terrains de recherche en sciences sociales.** Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2006.

DENZIN, NORMAN, LINCOLN, YVONNA - Introduction. The discipline and practice of qualitative research. In DENZIN, NORMAN, LINCOLN, YVONNA - **Handbook of Qualitative Research.** London: Sage Publications, 1-29, 2000.

DESROSIERES, Alain. **Les politiques des grands nombres, histoire de la raison statistique.** Paris: Éditions de la Découverte & Syrus, 2000, 1993.

DU BOIS-REYMOND, Manuela, SÜNKER, Heinz & KRÜGER, Heinz-Hermann (eds.) **Childhood in Europe, approaches, trends, findings.** New York: Peter Lang, 2001.

EDWARDS, Rosalind (ed.) **Children, home and school, regulation, autonomy or connection?** London: Falmer Press, pp. 4-5, 2002.

ELIAS, Norbert. **La Société des Individus.** Paris: Fayard, 1991.

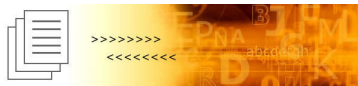
FERREIRA, Manuela. Os estranhos 'sabores' da perplexidade numa etnografia com crianças, in CARIA, T. (org.) - **Experiência etnográfica em Ciências Sociais.** Porto: Edições Afrontamento, pp: 149-166, 2003.

_____. **A gente gosta é de brincar com os outros meninos! - as relações sociais entre crianças num Jardim de Infância.** Porto: Edições Afrontamento, 2004.

GEERTZ, Clifford. Descripción densa: hacia una teoría interpretativa de la cultura. In **Interpretación de las culturas.** Barcelona: Gedisa Editorial, 19-41, 1973.

GRAUE, Elizabeth, M. & WALSH, Daniel. **Studying children in context, theories, methods and ethics.** London: Sage Publications, 1998.

GREENE, Sheila & HOGAN, Diane (eds) - **Researching children's experience, approaches and methods.** London: Sage Publications, 2005.



HANTRAIS, Linda & KUTSAR, Dagmar (eds). Researching family and childhood from a european welfare perspective. **Cross National Research Papers** 7 (4), August, European Research Centre, ESCR Economic & Social Research Council, 2004.

HART, Roger. **Children's participation: from tokenism to citizenship**. Florence: UNICEF, 1992.

HERON, J. **Co-operative inquiry: research into human condition**. London: Sage, 1996.

JAMES, Allison & CHRISTENSEN, Pia (eds.). **Research with children – perspectives and practices**. London: Falmer Press, 2000.

JAMES, Allison & JENKS, Chris & PROUT, Alan. **Theorising childhood**. London: Polity Press, 1998.

JAMES, Allison & PROUT, Alan (org.). **Constructiong and reconstructing childhood, contemporary issues in the study of childhood**. London: Falmer Press, 1997.

LECLERC, Gérard. **L'observation de l'homme, une histoire des ênquetes sociales**. Paris: Seuil, 1979.

LENOIR, Remi. L'invention de la démographie et la formation de l'état. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, 108, Juin, 36-61, 1995.

LEONARD, Diana. Persons on Their Own Right: Children and Sociology. In UK, in CHRISHOLM, LYNNE, BÜCHNER, PETER, KRÜGER, HEINZ-HERMANN (ed.), **Childhood, Youth and Social Change, a comparative perspective**. London: The Falmer Press, 58-70, 1990.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar (trad., ed. Original, 1965), 1967.

MAUTHNER, M. Methodological aspects of collecting data from children: lessons from three research projects. **Children & Society**, 11, 16-28, 1997.

MAYALL, Berry. **Children, health and social order**. Buckingham: Open University Press, 1996.

_____. **Towards a sociology of childhood, thinking from children's lives**. London: Open University Press, 2002.

MCKENDRICK, John, H. Coming of age: rethinking the role of children in population studies. **International Journal of Population Geography**, 7, 461-472, 2001.



MILNE, B. Children's rights and the changing face of work in the field. **PLA Notes**: 41, 1996.

MILNE, Brian. Family and community studies and the missing children: finding children a place in contemporary society. In PFEFFER, Georg & DEEPAK, Behera (1996) (eds), **Contemporary Society: Childhood and complex order**. Manak Publications PVT, Lda, New Delhi, 31-47, 1996.

PAIS, José M. **Sociologia da Vida Quotidiana. Teorias, métodos e estudos de caso**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

PFEFFER, Georg & DEEPAK, Behera (eds). Contemporary Society: Childhood and complex order – an introduction. In PFEFFER, Georg & DEEPAK - **Behera Contemporary Society: Childhood and complex order**. Manak Publications PVT, Lda, New Delhi, 1-13, 1996.

PLUMMER, Ken. **Documents of life 2: an invitation to a critical humanism**. London: Sage, 2001.

QVORTRUP, Jens, Childhood matters: an introduction. In QVORTRUP, J. et al. (eds) **Childhood matters: social theory, practice and politics**. Aldershot, Avebury, 1-24, 1994.

ROCHA, Cristina, FERREIRA, Manuela e NEVES, Tiago. O que as estatísticas nos 'contam' quando as crianças são contadas ou... as crianças nas estatísticas oficiais e a infância como construção social (Portugal, 1875-1925). In **Revista Educação, Sociedade e Culturas**, 17, Porto, Edições Afrontamento, pp: 33-66, 2002.

ROLLET-ECHALIER, Catherine. **La politique a l'égard de la petit enfance sous la IIIe République**. Institut National d'Études Démographiques, Presses Universitaires de France, 1990.

ROLLET-ECHALIER, Catherine & MOREL, Marie-France. **Des bébés et des hommes : traditions et modernité des soins aux tout-petits**. Paris: Albin Michel, 2000.

SANTOS, Boaventura, S. **A Gramática do tempo. Para uma Nova Cultura Política**. Porto: Afrontamento, 2006.

SEMENTINI, Loredana, WARD, Tery & RABEMIAFARA, Nirina. Development of a methodology for the collection of harmonised statistics on childcare, Working papers and studies, **Theme 3: Population and Social Conditions, Final Report**, European Commission, 2004 Edition, 2003.

SILVA, Pedro. **Etnografia e educação, reflexões a propósito de uma pesquisa sociológica**. Porto: Profedições, 2003.



SOARES, Natália. **Infância e Direitos: Participação das Crianças nos Contextos de Vida – Representações, Práticas e Poderes**. Tese de Doutorado em Estudos da Criança, área de conhecimento em Sociologia da Infância, apresentada na Universidade do Minho (miméo), 2005.

SOARES, Natália; SARMENTO, Manuel & TOMÁS, Catarina. Investigação da infância e crianças como investigadoras: metodologias participativas dos mundos sociais das crianças. **Nuances**. Brasil, UNESP – Presidente Prudente, vol. 12, nº 13: 50-64, 2005.

SÜNKER, Heinz. Childhood research, politics of childhood and children's lives in Germany. In: PFEFFER, Georg & DEEPAK, Behera - **Contemporary Society: Childhood and complex order**. Manak Publications PVT, Lda, New Delhi, 1996.

UNICEF. **Childhood Under Threat**. New York: Unicef Press, 2005.

VASCONCELOS, Teresa. Onde pensas tu que vais? - etnografia como experiência transformadora, **Revista Educação, Sociedade e Culturas**, nº 6, Porto, Edições Afrontamento, 1996.

WAKSLER, Francis C. (ed.) **Studying the Social Worlds of Children - sociological readings**. London: The Falmer Press, 1991.

WEXLER, Philip. Citizenship in the semiotic society. In B. Turner (ed.) - **Theories of Modernity and Postmodernity**. London: Sage, pp. 164-175, 1990.

WYNESS, Michael; HARRISON, L. & BUCHANAN, I. Childhood, Politics and ambiguity: Towards an agenda for children's political inclusion. **Sociology**, vol. 38(1): 81-99, 2004.

Enviado em: 28/08/2008.

Aceito em: 08/11/2008.